EMENTA

IMPORTANTE: Sempre verifique no *site* do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Competência técnica: Administração Pública
Conhecimentos relacionados: Gestão de processos de trabalho

Objetivo Geral

- Aprimorar o sistema gerencial das contratações do PJERJ, de modo a proporcionar maior eficiência nos processos de aquisição de bens e contratação de serviços, tanto sob a ótica econômico-financeira, como do ponto de vista técnico;
- Aprimorar as rotinas administrativas, tornando-as mais ágeis e mais precisas;
- Aumentar o nível de integridade das contratações públicas, mitigando os riscos de contratação de empresa com experiência aquém das necessidades desta SPA.

Objetivos Específicos

- Apreender a melhor forma de reconhecer o mercado para fins de planejamento das contratações;
- Identificar, nas propostas ofertadas, a prática de preços excessivos ou inexequíveis;
- Capacitar os envolvidos na elaboração dos artefatos de planejamento da contratação (DOD, ETP e Projetos Básicos e Termos de Referência).

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, ambiente de ensino adequado, contemplando a seguinte estrutura:

- Quadro branco;
- Computador com acesso à Internet;
- Projetor multimídia.

Conteúdo Programático

- **ALINHAMENTO CONCEITUAL/ ELABORANDO O DOD e o ETP (4 horas): 1.1 – Dever Geral de Licitar e Conceito de Licitação**

1.2 – Princípios: legalidade, eficiência e razoabilidade;

1.3 – Principais fases do processo de contratação;

1.4 – Multi e interdisciplinariedade do processo licitatório;

1.5 – DOD: competência para elaboração; conteúdo obrigatório;

1.6 – ETP: competência para elaboração; requisitos obrigatórios; principais pontos de atenção.

- **PESQUISA DE PREÇOS (4 horas):**

2.1 – Fontes idôneas para coleta de dados;

2.2 – Metodologia para crítica dos dados coletados;

2.3 – Fixação do valor estimado e do valor máximo da contratação;

2.4 – Justificativa de preços nas contratações sem licitação.

- **ELABORANDO TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO (4 horas):**

3.1 – Estrutura básica adotada no TJRJ;

3.2 - Identificação da natureza do objeto (comum, especial, contínuo e singular);

3.3 – Fixando critérios de aceitabilidade de propostas;

3.4 Regimes de execução;

3.5 – Subcontratação, participação de cooperativas de serviço e de empresas reunidas em consórcio;

3.6 – Especificação de materiais e equipamentos.

- **REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E FIXAÇÃO DE PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA (4 horas):**

4.1 - A comprovação de experiência anterior nas aquisições;

4.2 – Conceito de capacitação técnico-profissional;

4.3 – Conceito de capacitação técnico-operacional;

4.4 – Limitações de tempo, época e número mínimo;

4.5 – Por que é necessário fixar parcelas de maior relevância? ;

4.6 – Como reconhecer parcelas técnico-profissionais e técnico-operacionais;

4.7 – Como fixar os quantitativos: posição do TCU;

4.8 – A possibilidade (ou não) de soma de atestados para alcance dos quantitativos exigidos;

4.9 - Registro em entidade profissional competente;

5.2 – Visita técnica: requisitos;

5.3 – Relação de equipamentos, instalações e equipe técnica.

- **MODELOS DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EM TIC (2 horas):**

5.1 – Conceito e formas de terceirização;

5.2 - Modelos de contratação: Pontos de função, UST e body shop;

5.3 – Escolha das categorias profissionais e construção do perfil profissiográfico;

5.4 – Fixação dos salários.

- **DEBATES CASUÍSTICOS (2 horas):**

Elaboração de artefatos de planejamento a partir de cases propostos pelo Docente.

Avaliação

Verificação de aprendizagem com seleção randômica de questões na plataforma *Moodle* ao fim do curso.

Bibliografia

- BRASIL. Lei Federal nº 8.666/1993 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- BRASIL. Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- BRASIL. DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021 - Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.
- BRASIL. DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- BRASIL. Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

EMENTA

IMPORTANTE: Sempre verifique no *site* do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

Carga horária

20 horas

Atualização: 27/09/2023	Revisão: 00